

LUTAS FEMINISTAS E LGBTQ+ PELA DEMOCRACIA NO BRASIL

“Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura¹

*“A real bacchanal, a stupid thing”: anti-communism, sexuality and youth
in the time of dictatorship*

Antonio Mauricio Freitas Brito*

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil

RESUMO: Amparado em fontes produzidas pelo Serviço Nacional de Informações, relatórios policiais, pronunciamentos de militares na imprensa e narrativas memorialísticas, o artigo demonstra algumas representações anticomunistas heteronormativas elaboradas por militares e policiais sobre sexualidade e juventude durante a ditadura no Brasil. A partir da preocupação com a ação comunista junto aos jovens, sublinha a concepção de mundo que estigmatizava e temia comportamentos desviantes de gênero, associando-os a uma estratégia comunista de subversão dos costumes para corromper a juventude. Essas representações anticomunistas foram politizadas e difundidas por agentes repressivos também para a disputa sobre os rumos do regime. Este anticomunismo ampliou a subversão para o campo moral e sexual atualizando novos medos e perigos à luz das experiências contestatórias dos anos 1960/1970, ao mesmo tempo em que se inspirou em dogmas do imaginário anticomunista construído no Brasil desde o século XIX. Sugere-se a importância de pesquisas que analisem o anticomunismo brasileiro moralizante em escala transnacional e conectado com um conservadorismo inscrito na média/longa duração.

PALAVRAS-CHAVE: Anticomunismo. Juventude. Ditadura. Política sexual. Moral.

ABSTRACT: Supported by sources produced by the National Information Service, police reports, press demonstrations and memorial press, the article presents some heteronormative anti-communist representations made by the military and police on sexuality and youth during a dictatorship in Brazil. From the concern with the communist action with the youth, the concept of a social communication strategy and thematic of deviant gender behaviors, associating them with a communist strategy of subversion of the behavior to corrupt the youth. Anti-communist representations were politicized and spread by repressive agents also for a dispute over the course of the regime. This anticomunism extended subversion into the moral and sexual field by updating new fears and dangers in the light of the racing experiences of the 1960s and 70s, while inspiring the dogmas of the anti-communist imaginary built in Brazil since the nineteenth century. It is suggested the importance of works that analyze the moralizing Brazilian anticomunism on a transnational scale and connected with a medium/long term conservatism.

KEYWORDS: Anticomunism. Youth. Dictatorship. Sexual politics. Moral.

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutor em História Social (UFBA). E-mail: mafbrito@hotmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-7570-1632>

Introdução

Ao comentar a ação repressiva em Ibiúna (São Paulo), que prendeu cerca de 1200 estudantes no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em outubro de 1968, o Brigadeiro Burnier afirmou que o evento comprovava os “níveis tão baixos [...] [de] degradação moral” daqueles jovens “subversivos” inspirados em ideias “sobre como gozar a vida em todos os seus sentidos”; que “todos eles drogados, começando uma atividade ilegal, destruindo suas próprias juventudes [...] foram se transformando em verdadeiros robôs”. Acrescentou que “moças e rapazes faziam amor livre na vista de todos”, configurando “um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida [...]” (D’ARAÚJO *et al.*, 1994, p. 209-210).

Narrativa semelhante está presente no *Orvil*², texto elaborado entre 1985 e 1988 por setores do Exército sobre o período ditatorial. O documento mencionou que no local do Congresso da UNE “foram encontradas drogas, bebidas alcoólicas e grande quantidade de preservativos, muitos já utilizados. Alguns estudantes chegaram a declarar que havia, inclusive, uma escala de serviço de moças para ‘atendimento sexual’” (PROJETO ORVIL, 2017, p. 228). Esses argumentos não foram monopólio do oficial da Aeronáutica nem das Forças Armadas: durante alguns conflitos envolvendo estudantes em 1967, um delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) alegou ter decidido invadir o Colégio Aplicação da Universidade do Estado de São Paulo (USP) em função da “promiscuidade” (JANOTTI, 2001, p. 46).

Estes relatos estão imersos em uma tradição anticomunista construída na sociedade brasileira desde meados do século XIX, ganhando mais força com a Revolução Russa (1917). A ação do Estado e o engajamento de organizações, grupos, partidos, frentes, movimentos, imprensa, intelectuais, religiosos, militares e pessoas comuns possibilitaram a constituição de “um conjunto de representações [negativas] sobre o comunismo, um verdadeiro imaginário anticomunista” (MOTTA, 2002, p. XXII).

As representações anticomunistas delineadas acima, associando participação política da juventude com degradação moral e promiscuidade sexual, são “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e apreciação do real” (CHARTIER, 1990, p. 17). No caso deste artigo, elas permitem captar avaliações, sentimentos, interpretações, expectativas, temores e medos dos anticomunistas de direita sobre seus inimigos: “como eles pensavam, sentiam, imaginavam e viam os comunistas e o comunismo, em uma palavra, como os representavam” (MOTTA, 2002, p. XXV).

Tendo como inspiração as reflexões teóricas de Baczko (1985), é possível afirmar que estas representações interagem, traduziam e reelaboravam elementos do imaginário anticomunista que, por sua vez, veiculava uma identidade individual e coletiva de si e do outro; respondia a conflitos reais ou potenciais; produzia seus guardiães e gestores; informava sobre a realidade, interpretava e apelava para a ação; acolhia valores e repelia outros; impactava na memória coletiva; comunicava e circulava através das representações e discursos; estereotipava, valorizava, classificava e depreciava.

A partir das ideias acima esboçadas, o artigo explora representações anticomunistas elaboradas por militares e policiais sobre sexualidade³ e juventude durante o período da ditadura militar no Brasil. Fragmentos de tempo capturados (FARGE, 2009, p. 23) em circulares e informes do Serviço Nacional de Informações (SNI), documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e do Exército, pronunciamentos de agentes repressivos na imprensa e relatos

memorialísticos demonstram um anticomunismo que pautou a luta contrassubversiva em “termos morais e sexuais”⁴(COWAN, 2012, p. 404). Argumentavam que a subversão sexual era uma estratégia comunista para corromper a juventude e denunciavam comportamentos desviantes de gênero, assentados numa concepção de mundo heteronormativa sobre sexualidade.

O texto discute as representações difundidas por frações presentes no interior do Estado — as chamadas comunidades de informação e segurança (FICO, 2001) — para combater grupos enquadrados como inimigos daquele Estado de Segurança Nacional tido como espelho das tradições e valores do povo brasileiro e, deste modo, genuinamente legítimo representante da nação. Esses sujeitos operavam com a suspeição generalizada em relação ao inimigo interno, orientavam-se pela teoria da conspiração e observavam também “o comportamento moral e sexual daqueles que são alvos de dossiês e investigações. Constantemente informações obtidas ou mesmo forjadas eram utilizadas como forma de combater oponentes. Era comum que se tentasse desqualificar pessoas sob acusação de ‘desvio moral’” (DUARTE, 2011, p. 6). Portanto, a abordagem considera que os anticomunistas agiram politicamente, atribuíram práticas ao *outro*, ativaram elementos de ordem política e cultural do ideário do regime militar e do imaginário anticomunista para o combate. Noutras palavras: construíram representações para a disputa política em meio às guerras culturais da guerra fria (COWAN, 2016).

Embora exista um campo de estudos consolidado tanto sobre a ditadura quanto a respeito do anticomunismo no Brasil, há uma carência de abordagens focadas em investigar como a ditadura e os anticomunistas pautaram temas comportamentais ligados à juventude. Essa problemática está diluída nas pesquisas sobre ditadura que abordam imaginário anticomunista, comunidades de segurança e informações, censura e gênero a partir de acervos repressivos que contêm temas do anticomunismo na sua dimensão moral. Dito isso, o artigo explora fontes de natureza repressiva em diálogo com esta bibliografia que restitui aspectos culturais e políticos da visão de mundo compartilhada por esses anticomunistas, suas representações, medos, inspirações, ansiedades e objetivos.

Fragmentos de representações anticomunistas

Em 1968, a denúncia da conspiração do movimento comunista internacional pautava a linguagem dos militares presentes no Conselho de Segurança Nacional (CSN). Em 28 de março, a morte do estudante Edson Luís pela polícia carioca em um conflito político impulsionou mobilizações estudantis gerando “26 grandes passeatas em 15 capitais”; somente em junho houve “16 passeatas em 07 capitais” (MARTINS FILHO, 1998, p. 18). O governo militar reuniu o Conselho de Segurança Nacional (CSN) para apreciar a questão. Diversos membros diagnosticaram que era uma crise artificialmente produzida e dirigida pelos centros externos a serviço da subversão. A dimensão moral do problema estudantil despertou a atenção do General Jayme Portella de Mello que identificou a “ausência de orientação moral e cívica da juventude” enquanto um dos “fatores que favoreciam a ação subversiva”. O Presidente Costa e Silva comentou com ênfase um protesto estudantil em Brasília:

As fotografias demonstram meninas e mocinhas envolvidas nas agitações [...]. Houve uma concentração de meninos [...] que lá passaram uma noite [...] dando demonstração de falta de educação no lar e de controle por parte daqueles de mais responsabilidade, dos responsáveis

até pela honra de suas filhas, porquanto passaram uma noite em comum, promiscuamente, dentro de um ambiente definido, pelo [...] Diretor do Senado [...]: “transformaram isso aqui, num lupanar” (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1968, p. 29).

O pronunciamento esboçou conteúdo moral. O texto tem polifonia e não há inocência no uso da palavra *lupanar* que, no seu significado mais básico, remete a prostíbulos na Roma Antiga, tornando-se sinônimo de casa de meretrizes, bordel. Nota-se a preocupação com as “meninas e mocinhas” socializando-se, dormindo com meninos num mesmo espaço e sem a vigilância dos pais. A dimensão moral estava ancorada em noções tradicionais de honra, família e gênero.

Victoria Langland (2008) constatou que, após a morte de Edson Luís, diversas imagens de mulheres armadas e sexualmente provocativas emergiram em revistas de classe média, como a *Manchete* e a *Realidade*. Além disso, os militares fizeram exposições de materiais subversivos apreendidos em reuniões estudantis e em um dormitório de residência universitária da USP. Entre os botins supostamente encontrados, estariam literatura comunista, coquetéis *molotov* e caixas de pílulas anticoncepcionais. Isso nutriu o discurso de muitos membros das forças de segurança a respeito da promiscuidade dos ativistas estudantis embasado pela onda de protestos protagonizados por jovens em diversas partes do mundo. Este pensamento creditou ao movimento comunista internacional a estratégia revolucionária de minar as bases das tradições sociais, culturais e religiosas da sociedade brasileira para a dominação comunista. Afinal, a “Guerra Fria no Brasil foi marcada por profundas batalhas pelo gênero” (LANGLAND, 2008, p. 309). Nesta lógica, ainda segundo a autora, as pílulas anticoncepcionais poderiam parecer tão explosivas quanto os coquetéis *molotov*.

Metáforas relacionadas à “libertinagem” circularam também nas revistas militares em 1968. Vinculado às atividades de formação de militares, o General Moacir Lopes escreveu um artigo na *Revista Militar Brasileira*. Em “Rumos para a educação da juventude brasileira”, avaliou a gravidade do contexto no campo moral e endossou um documento entregue por 22 senhoras que participaram da Marcha da Família com Deus pela liberdade:

O que estamos vendo é serem roubados à nossa juventude os verdadeiros valores da sua formação, que são o sentido de Deus, o respeito à autoridade e o senso moral, pela oficialização da libertinagem. O que deduzimos é que essa juventude vai ser despersonalizada, possibilitando o ideal comunista de massificação (LOPES, M., 1968, p. 53).

É importante lembrar que houve Marchas em Defesa da Família em dezenas de cidades antes e após o golpe. Além disso, o primeiro Ato Institucional baixado em 1964 apontou que um dos desafios da “Revolução” era a “reconstrução moral” da nação. Logo, ideias de família, tradição e papéis de gênero alimentaram as Marchas e ampararam a expectativa de uma vaga moralidade a ser perseguida pela ditadura. Algumas frações recorreram a esta agenda para disputar posições, demarcar espaços e justificar medidas repressivas. Portanto, a análise das representações sobre subversão sexual da juventude dirigida pelos comunistas deve considerar a presença desta agenda difusa sobre a *moral* no golpe de 1964 e ao longo da ditadura.

Além de nutrir e ter como uma das fontes o imaginário anticomunista e seu teor conservador, estas representações anticomunistas no Brasil reagiam às experiências contestatórias ocorridas em escala mundial nos “longos anos 1960” com a revolução dos costumes. A esfera comportamental juvenil dava sinais que não estaria imune dos terremotos mundiais que marcaram o mundo *pré*

e pós-1968: a abertura das portas da percepção com os alucinógenos, as drogas, a psicodelia, a queima de *soutiens*, a contracultura, o *rock'n'roll*, a busca da autonomia juvenil, a revolução sexual, o movimento *hippie*, os conflitos familiares com novas roupagens, a crise de gerações... Como indica Manzano (2014), 1968 foi uma das conjunturas mais transnacionais no século XX e, sem perder de vista preocupações nacionais ou regionais, a paisagem crítica de descontentamento em cada país foi alimentada por um repertório transnacional de imagens, sons, sonhos e ideias que varreu o mundo. São as chamadas “conexões aspiracionais” (LANGLAND, 2018, p. 20).

A reação militar conservadora e anticomunista não tardou. No caso do Brasil, de acordo com Chirio (2012, p. 121), “temas de destruição da família, da derrubada da moral e dos estragos provocados pelo materialismo ateu não eram, até 1968, centrais nas declarações públicas de militares, [mas] eles se tornam nesse momento as provas obsessivas do progresso da subversão”. Este mosaico de experiências e questões parecia desaguar na percepção de uma subversão dos costumes em escala internacional.

A cena de 1968 no Brasil foi marcada também pela radicalização em outros campos. Sucessivas crises na caserna; protestos de massa e conflitos com a polícia nas ruas, palcos e praças; críticas vorazes ao regime pela imprensa; início das primeiras ações violentas pela esquerda; desmantelamento do 30º Congresso da UNE com a prisão dos estudantes; impasses no Congresso Nacional. O desenlace foi marcado pela edição do AI-5 que precisa ser compreendido no contexto de eventos que canalizaram intensa ansiedade sexual e política na conjuntura (LANGLAND, 2008). Marco da entrada da ditadura na fase do Terrorismo de Estado, o Ato radicalizou e ampliou o ciclo de intolerância à oposição. Novas medidas ampliaram uma legislação repressiva que fez o movimento estudantil massivo desaparecer da cena pública em 1969.

A percepção de uma crise moral advinda da atmosfera de rebelião de 1968 alimentou a institucionalização da disciplina “Educação Moral e Cívica” em 1969 (FILGUEIRAS, 2006). Em janeiro de 1968, o governo regulamentou o Conselho de Segurança Nacional instituindo uma Divisão de Segurança e Informações em cada Ministério, criada a partir de diretores oriundos da Escola Superior de Guerra (ESG) ou oficiais das Forças Armadas. A consequência disso foi um papel mais ativo para a atuação do já citado general Moacir Lopes — defensor da criação da disciplina vinculada aos valores religiosos, antissubversivos e vinculados à Doutrina de Segurança Nacional (DSN). As intensas mobilizações estudantis e os conflitos políticos com o governo reforçavam a convicção de que a juventude teria sido seduzida pelo “credo vermelho”. O Ato Institucional n. 5 (AI-5) e a escalada repressiva reprimiram o protesto estudantil e, ao mesmo tempo, aumentaram a pressão junto aos setores resistentes à disciplina. Após novas exonerações, em 1969 o Conselho Federal de Educação (CFE) aprovou a criação da disciplina (FILGUEIRAS, 2006).

Desarticulado o movimento estudantil em 1969, frações de jovens migraram para as organizações de esquerda armada. A partir da análise dos processos judiciais instalados pelo regime, Ridenti (1993, p. 120) mostrou que “73,5% dos acusados de envolvimento com os grupos armados tinham entre 19 e 30 anos”. De outro lado, vale reiterar que a revolução dos costumes se expandia. Woodstock, radicalização dos protestos contra a guerra do Vietnã, movimento *hippie*... Os anticomunistas enquadraram resistência armada e contracultura como ações similares no campo da subversão.

A contracultura foi uma nova sensibilidade/estilo de vida que emergiu nos Estados Unidos e Europa entre os anos 1960 e 1970 circulando pelo mundo, inclusive na América Latina. No caso

brasileiro, Dunn (2014) pondera que diversos intelectuais e militantes de esquerda não acolheram positivamente as práticas contraculturais — rotuladas de alienantes e hedonistas. Diferente desta visão, o autor interpreta o fenômeno como dissidência e resistência à autoridade, convenções, expectativas familiares, padrões estéticos e papéis tradicionais de gênero. A contracultura atraiu segmentos de adolescentes urbanos e jovens adultos motivados pelo desafio de viver criticamente sob a ditadura, bem como animados por um estilo de vida alternativo que foi associado a desbunde — expressão com “uma conotação semisexual incomum, pois a raiz da palavra ‘bunda’, ou nádega, invariavelmente tem um tom erótico na linguagem popular, até mesmo uma associação possível com relações homossexuais” (GREEN, 2012, p. 438-439).

A principal prática contracultural de massa teria sido o tropicalismo e uma das mais conhecidas foi o movimento *hippie*. O regime militar desenvolveu ações repressivas para os dois casos. Para os objetivos deste texto, é importante destacar a noção conspirativa presente nos órgãos repressivos que viam o movimento *hippie* como uma estratégia dos comunistas, uma criação de Moscou (KAMINSKI, 2016). Utilizando acervos repressivos, Kaminski esquadrinhou as noções que formavam o pensamento, as atitudes que despertavam a vigilância e o *modus operandi* destas instituições e sujeitos no combate a comportamentos juvenis tidos como subversivos no campo moral e sexual.

Pelas questões elencadas, setores conservadores e anticomunistas identificaram com mais radicalidade no pós-1968 novos medos e perigos que ameaçavam a juventude (BRAGHINI, 2015). Quais jovens eram alvos de temores anticomunistas?⁵ Na documentação, juventude aparece como uma noção genérica associada a fases da vida construídas socialmente — por vezes sinônimo de adolescente — e/ou a faixa etária (15 a 25 anos) com alguma identidade sócio-cultural e conteúdo de classe. Ao que parece, a preocupação maior destes anticomunistas residia nos jovens da classe média urbana, brancos, estudantes, universitários, intelectualizados, críticos dos padrões culturais, com dedicação exclusiva para o estudo e “tempo livre” para engajamento político-cultural, moradores dos grandes centros e capacidade de consumo de produtos culturais.

Este repertório de temores e ansiedades circulou alimentando uma percepção conservadora de ações orquestradas pelos comunistas. Acreditou-se que havia uma verdadeira “conexão conspiratória”: a percepção da existência de “semelhanças transnacionais [nas manifestações culturais e políticas da juventude brasileira] com os jovens em outros lugares [foi analisada] como evidência de conexões [organizadas] e, por extensão, da sua ilegitimidade” (LANGLAND, 2018, p. 21).

Esse pensamento conspiratório antissubversivo foi difundido amplamente nas instâncias ligadas a essas comunidades de informações e segurança — uma estrutura formada pelo SNI, Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), Divisões de Segurança e Informações (DSI) e Assessorias de Segurança e Informações (ASI) e mais um conjunto de outras instâncias e siglas. Essa visão parece ter modelado a ação dos seus membros e se enraizado nas instituições de repressão. Em artigo sobre o funcionamento dos aparelhos repressivos do Estado, Brepohl de Magalhães cita um panfleto produzido pelo DOPS Paraná nos anos 1970 que conectava subversão, drogas e gênero argumentando que os tóxicos afetavam “a masculinidade dos moços [...]. Por isto [...] [eram] um perigo moral, um mal que se [...] [alastrava] [...], um plano subversivo” (BREPOHL DE MAGALHÃES, 1997, p. 7).

Um exemplo prático desse anticomunismo moral incitando a ação repressiva pode ser percebido numa operação policial na Universidade de Brasília (UnB) em 1973. Em um relatório que

devassou a vida de jovens de residências universitárias na instituição, seus moradores foram qualificados de “pederastas” — adjetivo pejorativo atribuído a homossexuais —, enquanto o ambiente foi tido como um “deprimente” “antro de corrupção de costumes” e “acentuada promiscuidade”, “misturados com impregnação ideológica de esquerda” (AN-COREG, 1973, p. 23, 25). O relatório traçou um perfil destes jovens e refletiu sobre o clima da UnB para construir uma espécie de sociologia da subversão juvenil. Entre outros itens, aborda a residência estudantil, o clima de depravação, os desvios de objetivos, o afastamento da família, a influência dos colegas, a naturalização de comportamentos desviantes como o “homossexualismo” — expressão que patologizava a homossexualidade — e a liberdade sexual.

O documento reiterava a “intoxicação marxista” na UnB, a “insidiosa ação subversiva no meio estudantil”, “a atividade fotográfica, como arte, deturpada para o erotismo e em alguns casos, uma atividade sexual desregrada e quase grupal, [que] demonstra o interesse em utilizar a corrupção dos costumes” (AN-COREG, 1973, p. 30) para a subversão. Tendo como inspiração os trabalhos da Comissão da Verdade Anísio Teixeira⁶, Lima (2017) investigou este relatório e concluiu o quanto “dimensões da sexualidade, dos afetos, dos hábitos, das convicções e maneiras de viver, foram todas também matéria-prima para a atuação das engrenagens da polícia política” (LIMA, 2017, p. 102). O autor identifica a noção de corrupção de costumes conectada à sexualidade não convencional e como a Polícia associou uso dos tóxicos e militância política; tóxicos e teatro; depravação, maconha e subversão.

A relevância dessa temática moral e sexual foi sinalizada na abrangente pesquisa sobre a ditadura militar e a universidade desenvolvida por Motta (2014). O autor mencionou a divulgação pelos órgãos de informação e vigilância nas universidades da orientação do movimento comunista internacional de revitalizar o movimento estudantil desarticulado após o AI-5 e o Decreto 477. Essa estratégia comunista cobrava atenção dos agentes repressivos por métodos como “o uso de entorpecentes, a licenciosidade moral e o desprezo pelos valores tradicionais” para “conseguir levar os jovens à subversão” (MOTTA, 2014, p. 209). O autor encontrou ainda documentos produzidos pelo SNI e/ou pela DSI/MEC, cujos títulos podem ser sugestivos para refletir sobre o anticomunismo moral nas universidades: “Manual sobre guerra psicológica, Manual de informações e contrainformação, [...] Como identificar um possível usuário de drogas”. Por último, Motta sublinha que os órgãos de informação também investigaram “a corrupção moral entendida como desvios sexuais e uso de drogas” lembrando que, para os agentes repressivos, “o comunismo era visto como corrupto e corruptor, já que desejava destruir os fundamentos morais da sociedade cristã” (MOTTA, 2014, p. 216).

Além da produção de manuais e operações policiais em territórios específicos, ao longo do tempo, a ditadura organizou campanhas amplas para desqualificar as organizações de esquerda utilizando representações anticomunistas sobre sexo e moral, a exemplo das declarações públicas de “arrependimento” de militantes engajados na resistência ao regime. Gasparotto (2008) investigou a questão e, em um dos casos, um militante contou que, junto com outros companheiros e companheiras, ficaram “20 dias enclausurados [...] [numa] casa [...]. Horrorizou-me tudo quanto vi. Bebedeiras, farras, adultérios, tóxicos [...]. Foi um espetáculo triste de baixez moral” (GASPAROTTO, 2008, p. 148). Já em reportagem publicada no *Correio do Povo*, outro militante que ficou três anos num “aparelho” do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) reiterou a “degradação moral dos jovens comprometidos com a subversão” (GASPAROTTO, 2008, p. 149). Ainda de acordo

com a visão militar no Orvil, “o sexo era usado nos meios terroristas como elemento de atração e comprometimento de jovens inexperientes” (PROJETO ORVIL, 2017, p. 827).

A imprensa de grande circulação foi instrumento para a veiculação destas representações, mostrando que não eram restritas aos círculos militares. Publicada em *O Estado de São Paulo* e assinada pelo chefe do Estado Maior do Exército, general Borges Fortes, outra matéria denuncia “atos de minorias amorais [que] são constantemente divulgados como se traduzissem o procedimento normal da população”. O militar identificava o erotismo na literatura, cinema, publicidade, teatro e na pedagogia, seja através da “mais baixa propaganda”, da “obscenidade” e da “educação sexual [...] impudica e irresponsável”. Tudo isso era articulado pelo inimigo “indefinido, [que] usa mimetismo, se adapta a qualquer ambiente e usa todos os meios, lícitos e ilícitos, para lograr seus objetivos” visando “enganar, mentir e conquistar a boa-fé dos povos ocidentais” (ABREU, 2000, p. 134)

Como já sugerido, disputas políticas foram travadas no interior dos governos militares sobre a agenda moral (MARCELINO, 2011). Em carta enviada ao Ministro da Educação Jarbas Passarinho, o Tenente-Coronel Hugo da Cunha Alves condenava “a campanha de desmoralização dos costumes, que uma minoria desgarrada tenta efetivar, principalmente junto a nossa valorosa juventude” (CARNEIRO, 2013, p. 155-156).

Em livro clássico sobre a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), Comblin (1978) cita um pronunciamento atribuído a um chefe do Estado-Maior do Exército do Brasil numa reunião de chefes militares das Américas. O militar sublinhou a “infiltração silenciosa e subterrânea” dos comunistas em todos os setores sociais; denunciou a tentativa de conquistar a juventude em função do seu idealismo, desapego, pouca maturidade e carisma que tornavam o jovem “massa de manobra”. A ação comunista estaria ainda pautada em “todos os meios, desde a chantagem e a coação psicológica até o uso de tóxicos e frequentemente o apelo sexual, pregando e praticando o amor livre” (COMBLIN, 1978, p. 48).

Outro membro da caserna ofereceu ingredientes para a problemática tratada neste artigo. Sentindo-se credenciado por ter dirigido o Inquérito Policial Militar aberto após o golpe de 1964 para investigar a ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que rendeu 25.100 páginas distribuídas em 157 volumes (CZAJKA, 2015, p. 229), o *Coronel* Ferdinando de Carvalho ambicionou escrever uma literatura anticomunista. Fez incursões no mundo literário almejando comunicar-se com um público mais amplo. Publicou dois livros — *Os sete matizes do vermelho* (1977b) e *Os sete matizes do rosa* (1977a) — para ficcionalizar as razões que levaram diversos atores sociais à oposição ao regime militar. No primeiro texto, ao dissecar os recursos para estimular a participação política, mostrados através de um diálogo entre dois personagens, o autor destaca o tóxico e o erotismo “que aniquilam a vontade e induzem o vício incontrolável”. Esses elementos contribuiriam para a corrosão da moral burguesa, a libertação de preconceitos desfibrando a juventude “e tornando-a acessível à doutrinação” (CARVALHO, 1977b, p. 88).

Em *Os sete matizes do rosa*, Osvaldo é um dos personagens que vivia em crise por ter uma concepção mais tradicional sobre a vida em contraste com o ambiente e os valores difundidos na universidade. Um dos professores de esquerda defendia que “a liberdade sexual [...] [era] uma etapa da libertação dos indivíduos” e “a erotização era parte do processo revolucionário” (CARVALHO, 1977a, p. 23). Noutra passagem, Osvaldo dialoga com o pai cujo filho havia sido atropelado num combate de rua. Segundo o pai, o filho estava “sob efeito de maconha”, pois “os comunistas o

viciaram”. Osvaldo confirmou que na Faculdade “as drogas e o sexo são explorados para desfibrar a juventude e torná-la alvo mais fácil para a doutrinação dos comunistas” (CARVALHO, 1977a, p. 31).

Algumas dessas fontes foram produzidas no contexto da “abertura” — um período marcado por tensões, especialmente entre o projeto da distensão política dirigido pelo presidente Geisel e a resistência da linha-dura que associava a mudança no regime à ameaça comunista e “sentia-se ameaçada de extinção, acuada por ser identificada como grupo não-democrático e com medo de punições que poderiam advir do retorno ao Estado de Direito” (FICO, 2001, p. 213). Essa recusa implicou reações como o assassinato do jornalista Vladimir Herzog em outubro de 1975 e do dirigente sindical Manuel Fiel Filho em janeiro de 1976, ambos nas dependências do Destacamento de Operações de Informação (DOI) de São Paulo. Agosto de 1976 foi marcado pela explosão de bombas nas sedes da Associação Brasileira de Imprensa e Organização dos Advogados do Brasil. Houve outros atentados à bomba durante o Governo Figueiredo (1979-1983) para desestabilizar a transição política, inclusive o caso do Riocentro — um show de protesto pelo Dia do Trabalho, onde foram colocadas diversas bombas, sendo que uma das bombas explodiu no carro onde estavam dois militares do DOI do I Exército Rio de Janeiro. A produção destas representações sobre o risco comunista à juventude estava sintonizada com esta luta visceral sobre os rumos do regime.

O SNI foi um dos órgãos de informações utilizado por setores das Forças Armadas para manter a agenda anticomunista na pauta do Estado, vociferando a responsabilidade do movimento comunista internacional no uso de uma estratégia subversiva no plano dos costumes para destruir o ocidente. Em alguns momentos, o teor dos documentos possivelmente visava reagir à abertura. Para o SNI, a partir de uma memória negativa sobre os anos 1960/1970 e seu legado comportamental, uma cruzada contrassubversiva no plano dos costumes era imposta como uma necessidade. Em 1980, um boletim disseminado pela agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) de Porto Alegre indicava a nefasta influência dos meios de comunicação de massa e do cinema junto aos jovens:

Determinados segmentos dos Meios de Comunicação Social continuam a abalar a estrutura da sociedade local, através da imposição de valores que contradizem os padrões tradicionais. Os valores morais são os mais atingidos atualmente, com reflexos na formação do jovem e da própria família, célula básica da Sociedade. [...] A produção de filmes nacionais, voltada para a exploração exagerada do sexo, assume papel relevante. Esse exagero inicia pelo título sugestivo e pelos agressivos cartazes colocados à frente das salas exibidoras do Estado (AN-COREG, 1980, p. 6).

As representações anticomunistas sobre a juventude oscilavam entre a subversão e a inocência. Em *Brasil sempre*, Giordani (1986, p. 10-11) dedica o livro “aos jovens do meu país — a esperança do Brasil verde-amarelo”. Seu alvo eram os jovens entre 15 a 25 anos que sofriam “as maiores opressões e consequências das doutrinas alienígenas”. O parecer do militar sobre os subversivos era que,

sem exceções, são pessoas oriundas de lares instáveis ou desfeitos, com problemas de ordem psicológica e formativa, completamente desajustados [...] a prostituição (homossexualismo, lesbianismo), a pornografia, a ausência de uma prática religiosa [...] são expressões que invariavelmente — canalizadas e aproveitadas pela ideologia marxista-leninista — estancam de maneira brutal toda a manifestação de sensibilidade humana, tendo como ápice a violência, ou a luta armada (GIORDANI, 1986, p. 101).

O fragmento acima enquadra “homossexualismo” e “lesbianismo” — novamente, expressões que patologizavam homossexuais e lésbicas — como prostituição. Demonstra uma leve guinada, pois, neste caso, os comunistas marxistas-leninistas não seriam os criadores, mas os aproveitadores dos comportamentos desviantes do padrão heteronormativo. Convém destacar no fragmento o tema da família desestruturada como a base explicativa de frações de militares para jovens com comportamentos desviantes que ingressaram na subversão (COIMBRA, 1997). Este argumento sobre a destruição da família atravessou as representações anticomunistas veiculadas sobre sexualidade, juventude e moral, bem como o diagnóstico da metamorfose dos comunistas em mudar sua estratégia e destruir o Ocidente cristão solapando valores familiares, instituições e comportamentos.

Publicado em 1986, possivelmente *Brasil sempre* expressou preocupações que emergiram com mais força no final dos anos 1970 e na década de 1980. Foi o período de florescimento da “indústria cultural” estimulada pelo próprio governo cujos produtos alcançaram ampla audiência, circulação e consumo — especialmente na televisão e no cinema — e despertaram reações conservadoras. Além de filmes com cenas pornográficas, as pornochanchadas “despontavam como um mercado bastante lucrativo, com a exploração de cenas de nudez e de relações sexuais”, “o mercado editorial [...] [consolidava] uma produção de livros em maior escala” com “influência da literatura internacional abordando temas como violência e sexo”, “novas discussões e comportamentos [emergem] no plano das novelas, minisséries e programas de auditório [...] [chocando] a suscetibilidade de muitas pessoas moralmente mais conservadoras” (MARCELINO, 2011, p. 25). A título de exemplo, o autor aponta correspondências enviadas para o Ministro Armando Falcão criticando revistas obscenas, imoralidade na TV, pornografia no cinema e exposição de revistas eróticas nas bancas de jornal.

A paisagem da época descrita acima deve inserir, ainda, a organização do Movimento Feminista com diversas experiências político-organizativas, inclusive o I Encontro Nacional de Mulheres realizado em março de 1979. Paralelo a isso, os homossexuais também foram assumindo protagonismo a exemplo do “I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados”, ocorrido em abril de 1980, e outras formas de atuação articuladas com o contexto de redemocratização e com os novos desafios a partir da AIDS (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 106). Tudo isso contribuiu para a criação de medos, pânicos e percepções pessimistas do futuro para estes anticomunistas.

Por essas razões, visões decadentes sobre a contemporaneidade estão presentes na bibliografia anticomunista difundida no Brasil também após o final da ditadura. Um destes livros foi *O desafio da subversão*. De acordo com o autor, J. A. Paula Couto (1990, p. 12), havia uma “queixa generalizada do corpo sadio da Nação contra a decadência dos costumes, paralelamente ao afrouxamento cada vez maior dos dispositivos de defesa da sociedade contra a ação de minorias transviadas”. A definição de Showalter (1993) pode ser tomada de empréstimo para analisar essa linguagem: a decadência “era o rótulo pejorativo aplicado [...] [pelo anticomunismo] a tudo que lhe parecesse anormal, artificial e pervertido, desde o *art nouveau* ao homossexualismo, [patologizado como] uma doença com sintomas associados à degeneração e à decomposição cultural” (SHOWALTER, 1993, p. 222). Por essa razão, Couto (1990) compreendia o fenômeno como uma ação subversiva para desfibrar a sociedade ocidental.

Os fragmentos textuais sugerem a “multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder” (FOUCAULT, 1988, p. 22). Essas referências sobre sexo estão conectadas/emparedadas a outras como sexualidade/moralidade, sexo/costumes, sexo/erotismo.

Na documentação, o erotismo emerge como um combustível para o vício que levava à perda da moral, à excitação sexual, à contestação política e à desagregação dos costumes; parece ser uma linguagem e ainda um convite para o sexo — grupal ou não. Por vezes, é pensado como sinônimo de sexo, estando presente na literatura, imagem, gravura, filme, inclusive como um conceito que deturpa a arte. Noutras, está associado a prazer, diversidade e/ou liberdade sexual. Há, ainda, o sentido de “uma representação menos comedida do sexo e de temáticas a ele relacionadas” (MARCELINO, 2011, p. 24).

Polissemia à parte, o raciocínio é esquemático. Tomando como empréstimo a abordagem de Jeffrey Weeks sobre as linguagens da sexualidade, agentes repressivos construíram imagens, estereótipos, crenças e valores sobre estes comportamentos — lembrando que estas representações não dizem necessariamente como aquelas pessoas viviam. Deste modo, estes anticomunistas tentaram “não simplesmente descrever o mundo, mas também construí-lo de uma maneira particular” e delimitaram os limites do que seria o comportamento sexual normal (WEEKS, 2011, p. 112).

Para Rubin (2012, p. 11), essa definição de normalidade reproduz o axioma do “essencialismo sexual — a idéia de que o sexo é uma força natural que existe anteriormente à vida social e que molda as instituições” e considera “o sexo como eternamente imutável, a-social e transhistórico”. Além disso, estas representações pressupõem a “negatividade sexual”, pois associam o sexo a perigo, destruição e suspeita, ao mesmo tempo em que os “atos sexuais são sobrecarregados com um excesso de significância. Sociedades ocidentais modernas avaliam os atos sexuais de acordo com um sistema hierárquico de valores sexuais” em que

a sexualidade que é “boa”, “normal”, e “natural” deve idealmente ser heterossexual, marital, monogâmica, reprodutiva e não-comercial. Deveria ser em casal, relacional, na mesma geração, e acontecer em casa. Não deveria envolver pornografia [...] ou outros papéis que não o masculino e feminino. Qualquer sexo que viole as regras é “mal”, “anormal” ou “não natural” (RUBIN, 2012, p. 17-18).

Os termos políticos do sexo e da sexualidade são confundidos com o de gênero. A partir disso, comportamentos e características são categorizados/estereotipados: a divisão rígida dos papéis de gênero serve de suporte ao sistema heteronormativo, que institui um modelo padrão de sexualidade. A discussão sobre sexualidade é dinâmica e cruza com momentos em que se discutem papéis de gênero (masculinidade/feminilidade). Tenta-se perpetuar a manutenção dos papéis de gênero para controlar a sexualidade. A homofobia e lesbofobia reside na adoção de padrões normativos de sexualidade e de gênero.

O Brigadeiro, o Delegado, o Coronel, o Tenente-Coronel e outros tantos homens militares tinham em comum esses pressupostos, associados ao anticomunismo e à preocupação com comportamentos sexuais desviantes e com a ação supostamente subversiva do movimento comunista internacional junto aos jovens. Estes fragmentos temporais demonstram que, no Brasil do período ditatorial, a sexualidade foi “mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada” (RUBIN, 2012, p. 1).

Os anticomunistas morais: objetivos e inspirações

Os sujeitos que produziram as representações discutidas neste texto abraçavam o “suposto cultural poderoso” que se orienta pelo vínculo “entre o sexo do corpo (macho ou fêmea) [...] [e] a identidade de gênero (a convicção de ser ‘masculino’ ou ‘feminina’, conforme os atributos, comportamentos e papéis [...] estabelecidos para os machos e as fêmeas)”. Essa conexão se move ainda pelo “desejo para o sexo oposto (machos desejam fêmeas, e vice-versa)” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 31).

A partir deste pressuposto, estes agentes de segurança enquadraram como corrupção dos costumes qualquer questionamento aos papéis sociais hegemônicos de gênero e às fronteiras tradicionais sobre homens e mulheres. À época, as expressões *feminino* e *masculino* eram usadas para classificar, respectivamente, mulheres e homens no sentido biológico. Os estudos de gênero ainda eram incipientes; logo, feminilidade e masculinidade eram características naturalizadas. A partir dessa leitura das categorias sexuais, entendiam que um dos principais problemas “femininos” era a adoção de condutas mais autônomas e menos convencionais — ingresso de mulheres das camadas médias urbanas, majoritariamente brancas, no mercado de trabalho; sexo antes do casamento; direito ao divórcio (COWAN, 2016). Vale acrescentar as reações conservadoras à difusão da pílula anticoncepcional (PEDRO, 2003).

O trabalho extradoméstico era interpretado como uma desestruturação da família através da violação do “papel da mulher” como mãe, do lar e com a responsabilidade central na educação dos filhos. Não por acaso, o argumento em torno da família tradicional atravessou esse anticomunismo moral. Além disso, essa possibilidade de maior independência econômica e do direito ao prazer feminino representavam um risco à ordem moral que flertava com a noção da promiscuidade sexual. Neste sentido, uma questão sugestiva é relacionar este anticomunismo moral com o antifeminismo⁷. No caso “masculino”, o afastamento da virilidade e do papel de macho tinha como principal ameaça e desvio a homossexualidade. Ambos os enquadramentos — promiscuidade e homossexualidade — eram lidos como estratégias adotadas pelo MCI.

A construção e difusão das representações discutidas neste texto foram feitas prioritariamente por homens das Forças Armadas e policiais que se especializaram na construção de “um campo de produção e de circulação de mensagens relativamente autônomo” (FICO, 2001, p. 21) assentado em convicções e justificativas para ações de espionagem, violência e repressão durante a ditadura no Brasil. Produziram documentos sigilosos que circularam no seu interior e entre outros campos envolvendo autoridades civis e militares. Essa comunicação constante “tinha muito de autoconhecimento por retroalimentação” (FICO, 2001, p. 100).

Há muita proximidade entre estas comunidades e a “linha dura” — uma das correntes militares⁸, cuja origem remonta a um grupo de pressão originado por oficiais, que no imediato pós-golpe de 1964, defendia o expurgo da oposição com mais radicalidade, amplitude e sem freios legais. Uma “inflação discursiva” sobre o risco comunista pautou a ação deste grupo que construiu sua identidade ao longo da ditadura reiterando a defesa de uma atitude intolerante e punitiva em relação aos inimigos e a favor do fechamento total do regime. Eles se aproximam do lugar de guardiães do sistema e gestores da ordem: reivindicavam a “ortodoxia”, a pureza dos ideais, as demandas da “revolução de 1964”, a doutrina de segurança nacional e a intransigência na luta anticomunista (COMBLIN, 1978, p. 160). Essas representações visavam modelar os comportamentos, mobilizar

as energias e legitimizar a violência. É impossível separar estes agentes e seus atos das imagens construídas sobre si e seus inimigos (BACZKO, 1985).

A problemática do *poder*⁹ mobilizava estes sujeitos. São textos anticomunistas de combate, difundidos por atores centrais do aparelho de Estado — o presidente, o chefe do SNI, o ministro, o policial, o delegado, etc. — direcionado a si, a grupos restritos e formalmente presentes em instâncias do aparelho repressivo e, em alguns casos, a público amplo. Visavam convencer, reforçar sentimentos de identidade e justificar a luta contra a subversão. O *eu* acionado estava conectado com um dos objetivos explícitos do golpe, qual seja, a “reconstrução moral da nação”. Por esta razão, é necessário reiterar que a família tradicional, na sua configuração ideal universalizada, pautou difusamente o argumento. Além de buscar coesionar aspectos de uma identidade afirmativa, estas representações almejavam diferenciá-la do inimigo subversivo.

Disseminadas por vários sujeitos em diferentes períodos da ditadura, as ideias que viam a subversão sexual/moral como uma estratégia do movimento comunista internacional para corromper a juventude, fazê-la ingressar na luta armada e/ou ter sua masculinidade/feminilidade afetada circularam através de diversos meios e instituições, como já mencionado. Ao mesmo tempo, contrastam com memórias e trabalhos sobre o período que pontuam a resistência da esquerda revolucionária e dos comunistas em subverter certos padrões comportamentais e de gênero, ou sublinham a reprodução do machismo e da homofobia nas fileiras revolucionárias¹⁰ (DANIEL, 1982; RIDENTI, 1993; GREEN, 2012; DELMANTO, 2015; COWAN, 2016; QUINALHA, 2017).

Informados por essas noções, é quase inevitável interpretar estas fontes como delírio. Entretanto, Motta (2002, p. 280) alerta que o anticomunismo não deve ser lido como “mero pretexto” e “o ‘perigo comunista’ era considerado real por setores expressivos [...]”. Eles acreditavam ter razões para defender os valores da tradição, família, religião e pátria, ou mesmo valores do mundo moderno” contra tentativas revolucionárias. Rodeghero (2002) salienta a relevância do estudo a respeito de como o imaginário anticomunista inspirou a prática de atores e grupos, alimentou e reforçou identidades e visões sobre si e sobre o “outro”. Focado no anticomunismo difundido pelo SNI, Samways (2014, p. 16) complementa que “vários indivíduos acreditavam realmente na existência de um grande “perigo vermelho” a rondar o mundo ocidental, criando um sentimento de medo e paranóia, os quais também foram transpostos ao campo político”.

Na sua tese sobre o anticomunismo no Brasil — especialmente focada em analisar os “surto anticomunistas” entre 1935/1937 e 1961/1964 —, Motta (2002) oferece elementos para discutir as representações anticomunistas sobre sexo, moral e juventude. O autor sintetiza quatro elementos utilizados pelos anticomunistas para destruir a reputação dos adversários — “demônios”, “agentes patológicos”, “a ameaça estrangeira” e “desafio à moral”. Embora o autor não tenha investigado o anticomunismo após o golpe de 1964, os três últimos aspectos são bem promissores para a problemática delineada neste artigo. Linhas anteriores demonstraram que os membros do Conselho de Segurança Nacional interpretaram os protestos estudantis de 1968 como fruto de uma conspiração externa dirigida por Moscou, Pequim e Havana — a ameaça estrangeira. A noção dos comunistas como agentes patológicos veio acompanhada da ideia de infiltração e do uso de metáforas médicas para representá-los. O último aspecto — desafio à moral — é o mais importante para este artigo.

Vistos pelos religiosos como “adversários irreconciliáveis da moralidade cristã tradicional”, os comunistas “desejavam destruir o pilar básico do edifício cristão, a família, que constituía a base da instituição religiosa e da própria sociedade” (MOTTA, 2002, p. 62). No caso da juventude,

agiriam para corromper os jovens, degradá-los moralmente, implodir suas famílias, solapar noções de decência, dignidade e comedimento, estimular sua perversão sexual, instigar a libidinagem, manipular e destruir jovens inocentes...

Convém pontuar que as elaborações anticomunistas partiam de uma deturpação dos debates entre os comunistas em escala internacional e das experiências da Revolução Russa (ALVES, 2015). Nesse sentido, vale lembrar que houve, de fato, discussões sérias, elaborações teóricas e experiências revolucionárias na Rússia sobre amor livre, família, coletivização do trabalho doméstico, etc. (GOLDMAN, 2014) — temas inquestionáveis dentro de uma “cultura patriarcal” (SAFFIOTI, 2015). Esse debate foi tomado de forma desconexa pelos anticomunistas como prova de que os comunistas defendiam a destruição da “família, da moral e dos bons costumes”. Na prática, os anticomunistas distorciam e usavam da desonestidade intelectual para a defesa de valores supostamente inquestionáveis e universais (família, maternidade)¹¹.

Presente desde o golpe de 1964 como um dos nutrientes para a ação, a DSN foi uma das fontes do anticomunismo moral. O regime militar investiu no campo psicossocial para buscar legitimidade e difundir valores inspirados nas formulações desenvolvidas pela Escola Superior de Guerra, especialmente aquelas preocupadas “com o desregramento dos costumes e o desrespeito aos valores mantenedores das instituições básicas da sociedade” (REZENDE, 2001, p. 42). A Escola Superior de Guerra (ESG) incorporou os “conceitos fundamentais”, “esquemmatizou a doutrina” (COMBLIN, 1978, p. 155) e buscou ter protagonismo ao longo do período: convocou indivíduos com aderência à sua doutrina para elaborar monografias e estudos sobre aspectos da cultura do povo brasileiro; travou uma luta para controlar desde a emoção até a moral dos grupos sociais; buscou convencer o povo que precisava ser orientado e protegido pelas Forças Armadas.

Tudo isso estava articulado com o desejo de uma ordem social sem antagonismos e conflitos. Isso implicou batalha cotidiana na defesa de valores conservadores como conformismo, passividade e obediência. Não por acaso, é possível encontrar na DSN “pontes com o pensamento autoritário” brasileiro de Alberto Torres e Oliveira Vianna (OLIVEIRA, 1976, p. 35). Ao mesmo tempo, os agentes inspirados na DSN investiram na “desmoralização dos ideais comunistas” mostrando “para a população que o comunismo sintetizava tudo o que poderia ser entendido por antinacional, antiesperança, antifamília” (REZENDE, 2001, p. 55). Por essas razões, a estratégia psicossocial buscou “ênfatisar que os valores de preservação da família, da moral, dos costumes, da pátria, do patriotismo e da propriedade eram o fundamento do próprio regime” (REZENDE, 2001, p. 48). A escola, a família, a imprensa, o rádio e a TV eram vistos como instrumentos fundamentais para divulgar e internalizar estes valores se contrapondo à estratégia subversiva do MCI da crise moral que “ameaçava tanto a ordem social interna quanto a segurança nacional” (SETEMY, 2018, p. 179-180).

Os descaminhos e limitações de materialização deste projeto da ESG e a diminuição da sua influência no interior do regime não devem desconsiderar seu papel difuso em alimentar este anticomunismo moral. Ao mesmo tempo, essa constatação não corrobora nenhuma perspectiva homogeneizante desta doutrina como um corpo coerente e sólido que foi aplicado disciplinadamente pelas instâncias do regime. A questão a ser ressaltada é que sujeitos que difundiram o discurso conspirativo sobre subversão sexual reproduziam conceitos da DSN. Um dos exemplos é o General Antonio Carlos Murici. Em uma entrevista para o Jornal do Brasil em 1970 (MURICI..., 1970, p. 5), o militar enfatizou que a luta anticomunista era global, total e permanente — conceitos da DSN.

Ampliando a escala a partir destas ideias, outros conceitos como o de *guerra revolucionária* alimentaram o anticomunismo e as experiências ditatoriais na América Latina. Comblin (1978) alerta para a relação entre política e moral durante as ditaduras latino-americanas. Não por acaso, o argumento de restaurar a moralidade esteve presente nestes regimes ditatoriais que difundiram um anticomunismo preocupado com a contestação estudantil-juvenil sendo possível encontrar pesquisas que abordam a subversão moral e sexual na Argentina (MANZANO, 2005, 2014) e Uruguai (PADRÓS, 2005; SEMPOL, 2015).

Algumas frações de militares anticomunistas tiveram como inspiração a chamada “utopia autoritária”. Fico (2002, p. 8) aborda especialmente como as “comunidades de informação e segurança” se viam como os “guardiões dos fundamentos da ‘Revolução’”. Um desses postulados tinha amparo na tese que percebia a existência de uma crise moral. Mencionar isso é importante para perceber que, ao lado do imaginário anticomunista — com seu próprio componente moral —, da doutrina de segurança nacional e da utopia autoritária, a moral conservadora deve ter um lugar no pódio para compreender o anticomunismo direcionado aos jovens. Marcelino (2011) sublinhou esta questão ao identificar que o argumento da conspiração comunista não mobilizava tanto alguns setores da DCDP e, sim, uma tradição conservadora alimentada pelo receio da “revolução dos costumes”.

Ao analisar cartas de pessoas comuns enviadas à Censura, Fico (2002) demonstrou que a mobilização dos argumentos anticomunistas não foi exclusividade de militares, membros da censura, do governo e/ou dos aparelhos de repressão política. O autor sugere a importância de pesquisas que analisem “a recepção dos ditames da “doutrina de segurança nacional” e da “comunidade de informações e segurança” por parte de pessoas alheias aos governos militares” (FICO, 2002, p. 9). Segundo ele, muitos daqueles que enviavam cartas tinham predileção por temas como a pornografia veiculada no teatro, na televisão, no cinema e na música, dentre outros meios. Acreditavam que o erotismo estimulava a excitação sexual dos jovens, a dissolução dos costumes e a contestação. O nu masculino, o “homossexualismo” e a exibição do corpo feminino faziam parte da gramática dos missivistas em torno dos “bons costumes”.

Na sua tese sobre ditadura e sexualidade, Quinalha (2017, p. 43-44) aborda este tópico destacando que “o sentimento anticomunista foi intensamente mobilizado para caracterizar a subversão moral como um artifício ardiloso do movimento Comunista internacional para minar as instituições ocidentais”. Segundo essa ótica, o ataque à moral e aos bons costumes era parte da guerra psicológica para a subversão através do enfraquecimento da religião cristã e da família. Por outro lado, o autor critica abordagens que subordinam a moral à política:

Alguns estudos sobre a relação do Estado ditatorial com as esferas da sexualidade, gênero, corpo, drogas e costumes tendem a restringir estas diferentes dimensões da vida “privada” a uma chave exclusiva do anticomunismo e da doutrina da segurança nacional. Todas essas questões de ordem moral, sob essa perspectiva, não passariam de um apêndice da problemática mais ampla e central da política ideológica do Regime (QUINALHA, 2017, p. 44).

É fundamental atentar para as recomendações do autor. O conservadorismo moral não pode ser reduzido ao anticomunismo. Porém, no caso das fontes primárias exploradas em tela, a associação foi feita e o interesse reside em compreender esta conexão.

Considerações finais

O Brasil dos anos da ditadura foi terreno fértil para que agentes repressivos construíssem representações anticomunistas denunciando a subversão moral e sexual da juventude como estratégia do movimento comunista internacional. Argumentavam que os comunistas visavam destruir a família e estimular a corrupção dos costumes, utilizando o erotismo, a pornografia, a promiscuidade sexual e a homossexualidade. De um lado, isso parece ter se inspirado num imaginário anticomunista de matriz católica a respeito da suposta imoralidade dos comunistas retroalimentada por interpretações negativas da Revolução Russa — como já dito, uma deturpação de reflexões e experiências revolucionárias no campo da liberdade sexual, das relações de gênero, da coletivização do trabalho doméstico e do papel da família na educação dos filhos.

De outro ângulo, este anticomunismo no campo moral esteve associado às turbulências dos anos 1960/1970. Neste sentido, as representações anticomunistas esboçavam uma reação a mudanças reais experimentadas durante a ditadura — o papel da televisão como meio de comunicação de massa; a entrada de mulheres brancas de classe média no mercado de trabalho; a difusão da pílula anticoncepcional; a expansão da indústria cultural, da TV, cinema e mercado editorial, entre outros. Ao mesmo tempo, um contexto turbulento foi lido como ameaçador, especialmente os anos de revolução comportamental em escala mundial percebida como uma grande conspiração, o papel dos movimentos contestatórios proorganizados por jovens e a emergência de movimentos feministas e homossexuais. É importante aprofundar a análise visando enfrentar especialmente a invisibilidade das homossexualidades (VERAS; PEDRO, 2014, p. 96) e da travestilidade (LOPES, F., 2016) na historiografia brasileira durante o período da ditadura.

Baseado na teoria do complô (GIRARDET, 1987), na suspeição generalizada e na paranoia (FARIA, 2015), esse anticomunismo identificava uma organização internacional que orientava a mudança comportamental traduzida na contracultura, no movimento *hippie*, no uso das drogas, nas novas experimentações da sexualidade e relações de gênero que ameaçavam uma ideia universalizada de família, moral, sexo e tradição. Por sua vez, estas noções de família e sexo foram essencializadas e designadas como provenientes da natureza e da biologia. Portanto, qualquer questionamento a lugares tradicionais de gênero, à cultura patriarcal e ao comportamento sexual heteronormativo foi associado a uma conspiração para destruir a família e solapar as bases da ordem social, da nação e, por extensão, do Estado.

Difundidas com mais intensidade após o golpe de 1964, ideias de crise moral e subversão dos costumes parecem ter moldado a identidade de indivíduos, grupos e impactado no *modus operandi* de algumas instituições repressivas como o DOPS, SNI e Divisões de Censura. Membros da linha dura das Forças Armadas e da polícia protagonizaram a construção dessas representações analisadas neste texto que, por sua vez, politizaram a sexualidade, retroalimentaram a disputa política geral e as lutas dentro e fora do aparelho de Estado a respeito dos rumos da ditadura e da ameaça comunista.

Além da leitura clássica do anticomunismo modelada pela oposição ideológica ao marxismo, imerso numa atmosfera da guerra fria em diálogo com a ideologia/doutrina de segurança nacional, é necessário buscar as conexões transnacionais a respeito da percepção da segurança ocidental supostamente ameaçada por uma revolução mundial dirigida pelos comunistas através da dissolução dos costumes, pornografia, erotismo, homossexualidade e decadência familiar.

Alguns trabalhos sobre o período focados principalmente nas experiências Argentina, Chilena e Uruguia têm apostado na escala de análise transnacional para iluminar os intercâmbios de ideias e produtos culturais produzidos nestes espaços. Estão inseridos numa historiografia renovada da Guerra Fria aberta a cronologias mais amplas para compreender as relações interestatais e interessam-se por aspectos culturais das direitas e da vida na América Latina (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2017).

Os anos 1960/1970 trouxeram mudanças e novas ansiedades que merecem ser investigadas à luz dessa internacionalização de uma percepção de revolução sexual que reverberou em diferentes latitudes. A reação foi temperada pelo anticomunismo que pautou temas morais e sexuais, como indicado por Cowan (2012, 2016). Entretanto, no caso do Brasil, sua gênese não reside nos anos 1960. Os anos 1950 mostraram diversos medos em torno das mudanças na esfera dos costumes: a dança, os bailes, os clubes, a intimidade, o rock, o cinema e “outros tipos de diversão por provocarem a rebeldia juvenil” (PINSKI, 2014, p. 156).

Calil (2005) evidencia também a presença deste tema no integralismo paulista. Mas, estes medos não foram também uma invenção integralista, já que a transição do século XIX para o século XX veio acompanhada de um senso de “desestabilização das referências sexuais” com a circulação de “novos modelos de feminilidade e masculinidade” (RAGO, 1996, p. 98). Diante das mudanças sociais, políticas e de costumes, a autora recupera textos de homens cultos (manuais produzidos por médicos, textos literários...) visando a educação sexual para os casais lidarem com o sexo no casamento, bem como para educar os “jovens castos” ameaçados de adesão ao “homossexualismo”, aos vícios das drogas e ao mundo da prostituição. A autora sugere que, além de costumes e da vestimenta, os disciplinadores não viam com bons olhos os bailes, cinemas, teatros.

A análise dessas representações numa perspectiva de longa duração pode contribuir para adensar a reflexão sobre a ditadura no Brasil e como os anticomunistas moralistas de direita e conservadores liam o mundo e politizaram a sexualidade. Ao mesmo tempo, entrelaçar anticomunismo com pensamento conservador parece ser algo sugestivo, haja vista que, ao lado das matrizes clássicas acionadas em maior ou menor intensidade a depender da conjuntura, o anticomunismo veiculou uma dimensão conservadora que via ameaça em qualquer prática que questionasse os pilares da ordem, tradição, autoridade e hierarquia.

Não custa sublinhar que estas representações contrastam com pesquisas acadêmicas e narrativas memorialísticas a respeito das limitações e tensões da esquerda revolucionária nos anos 1960/1970 em acolher estas mudanças comportamentais relacionadas ao campo da sexualidade e das drogas. Entretanto, com a devida licença poética, a mente dos anticomunistas parecia estar “travada na ideologia”...

Referências

ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2000.

ALVES, Iracélli da Cruz. *A política no feminino: uma história das mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL (AN-COREG). *APA_ACE_1825*. Brasília, DF: AN-COREG/Fundo SNI, 1980.

ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL (AN-COREG). *BR_AN_BSB_AA1_ROS_033*. Brasília, DF: AN-COREG, 1973.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. v. 5, Antropos-Homem, p. 296-332.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; BROQUETAS, Magdalena Broquetas. Vínculos locais y conexiones transnacionales del anticomunismo en Argentina y Uruguay en las décadas de 1950 y 1960. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Colloques, Paris, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/70510>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. *Juventude e pensamento conservador no Brasil*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2015.

BREPOHL DE MAGALHÃES, Marionilde. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 34, p. 203-220, 1997.

CALIL, Gilberto. *O integralismo no processo político brasileiro: o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CARNEIRO, Ana Marília. *Signos da política, representações da subversão: a Divisão de censura da ditadura militar brasileira*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CARVALHO, Ferdinando de. *Os sete matizes do rosa*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977a.

CARVALHO, Ferdinando de. *Os sete matizes do vermelho*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977b.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. *Ata do Conselho de Segurança Nacional, 16 de julho de 1968*. Brasília, DF: Arquivo Nacional, 1968. Livro de Atas Número 3. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN_ArquivoNacional&PagFis=11473. Acesso em: 1 mar. 2019.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COIMBRA, Cecília. Algumas práticas “psi” no Brasil do “milagre”. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, José Adolfo de Granville (org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997. p. 423-438.

COMBLIN, Padre Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COUTO, Adolpho João de Paula. *O desafio da subversão*. Petrópolis: Editora Vulcão Social, 1990.

COWAN, Benjamin. *Securing sex: morality and repression in the making of cold war Brazil*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2016.

COWAN, Benjamin. “Why hasn’t this teacher been shot?” Moral-sexual panic, the repressive right, and Brazil’s National Security State. *Hispanic American Historical Review*, Durham, NC, v. 92, n. 3, p. 403-436, 2012.

CZAJKA, Rodrigo. “Esses chamados intelectuais de esquerda”: o IPM do PCB e o fenômeno do comunismo na produção cultural do pós-golpe. *Antíteses*, Londrina, v. 8, p. 219-242, 2015.

DANIEL, Herbert. *Passagem para um próximo sonho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

D’ARAÚJO, Maria Celina et al. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DELMANTO, Júlio. *Camaradas caretas: drogas e esquerda no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2015.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300279518_ARQUIVO_textocompletoanpuh.pdf. Acesso em: 1 mar. 2019.

DUNN, Christopher. Desbunde and its Discontents: counterculture and authoritarian modernization in Brazil, 1968-1974. *The Americas*, Cambridge, v. 70, n. 3, p. 429-458, 2014.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.

FARIA, Daniel. Paisagem de cacoc e dores revoltadas: as marginalias da ditadura em livros de uma biblioteca universitária. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 243-289, maio/ago. 2017.

FARIA, Daniel. Sob o signo da suspeita: as loucuras do poder ditatorial. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 221-240, nov. 2015.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 251-286, 2002.

FIGUEIREDO, Lucas. *Olho por olho: os livros secretos da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A Educação Moral e Cívica e sua produção didática (1969-1993)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GASPAROTTO, Alessandra. 'O terror renegado': uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GIORDANI, Marco Pollo. *Brasil sempre*. Porto Alegre: Tchê, 1986.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo; Iskra Edições, 2014.

GREEN, James. "Who is the macho who wants to kill me?": male homosexuality, revolutionary masculinity, and the Brazilian armed struggle of the 1960s and 70s. *Hispanic American Historical Review*, Durham, NC, v. 92, n. 3, p. 437-469, Aug. 2012.

JANOTTI, Maria de Lourdes. Problemas metodológicos: depoimentos e repressão. *Cadernos CERU/Humanitas*, São Paulo, n. 12, p. 30-51, 2001.

KAMINSKI, Leon Frederico. O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. *Antíteses*, Londrina, v. 9, n. 18, p. 467-493, jul./dez. 2016.

LANGLAND, Victoria. Birth control pills and molotov cocktails. In: JOSEPH, Gilbert; SPENSER, Daniela. *From the Cold: Latin America's new encounter with the Cold War*. Durham, NC: Duke University Press, 2008. p. 308-349.

LANGLAND, Victoria. Transnational connections of the global sixties as seen by a historian of Brazil. In: CHEN, Jian; KLIMKE, Martin; KIRASIROVA, Masha; NOLAN, Mary; YOUNG, Marilyn; WALEY-COHEN, Joanna. *The routledge handbook of the global sixties: between protest and nation-building*. Abingdon, UK; New York, NY: Routledge, 2018. p. 15-26.

LHOMOND, Brigitte. Sexualidade. In: HIRATA, Helena [et al.] (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 231-235.

LIMA, Alexandre Siqueira. *Primavera nos dentes: desbunde, anticomunismo e repressão na cidade em quadros (1972-1973)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

LOPES, Fábio Henrique. Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira: apontamentos de uma pesquisa. *Esboços: Histórias em Contextos Globais*, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 145-167, set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p145>. Acesso em: 1 mar. 2019.

LOPES, Moacir. Rumos para a educação da juventude brasileira. *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 89, n. 3, p. 49-64, 1968.

MANZANO, Valeria. Sexualizing youth: morality campaigns and representations of youth in early 1960s Buenos Aires. *Journal of the History of Sexuality*, Austin, TX, v. 14, n. 4, p. 433-461, Oct. 2005.

MANZANO, Valeria. *The Age of Youth in Argentina: culture, politics, and sexuality from Perón to Videla*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2014.

MARCELINO, Douglas Attila. *Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, 2011.

MARTINS FILHO, João Roberto. Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp; São Carlos: Editora da Universidade de São Carlos, 1998. p. 11-26.

MOTTA, Rodrigo Patto Sâ. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sâ. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MURICI aponta aliciamento de jovens para o terror. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 19-20 jul. 1970. Caderno 1.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: terror de Estado e Segurança nacional, Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil militar*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PEDRO, Maria Joana. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.

PROJETO ORVIL (1987). *A verdade sufocada*, 30 out. 2017. Disponível em: https://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf. Acesso em: 1 mar. 2019.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.

RAGO, Margareth. O prazer no casamento. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 96-111, 1996.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: Editora UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

RODEGHERO, Carla Simone. *Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. Tradução Felipe Bruno Fernandes. Florianópolis: Repositório UFSC, 2012. Título original: Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1582/gaylerubin.pdf?sequence>. Acesso em: 1 mar. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranóia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SEMPOL, Diego. Autoritarismos morais, dissidência sexual e memória: ditaduras civil-militares na Argentina e no Uruguai e organizações LGTTBIQ. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (org.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. v. 2, p. 163-197.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: as condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v19n37/2237-101X-topoi-19-37-171.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2019.

SHOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual: sexo e cultura no fim de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clío: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90-109, set./dez. 2014.

WEEKS, Jeffrey. *The languages of sexuality*. New York: Routledge, 2011.

Notas

¹ Este texto é fruto do Estágio Pós-Doutoral 2018/2019 desenvolvido na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade do Porto. Grato a Rodrigo Patto Sá Motta e Manuel Loff pelo acolhimento e diálogos, bem como aos Pareceristas anônimos da Revista Anos 90 pelas críticas e sugestões. O artigo tem enorme dívida intelectual também com Iracélli Alves, Ben Cowan e Victória Langland. Gratidão! Por outro lado, os eventuais equívocos e lacunas são de responsabilidade exclusiva do autor.

² De acordo com Figueiredo (2009, p. 10-11), o Orvil foi idealizado pelo general Leônidas Pires Gonçalves como uma resposta militar ao livro *Brasil Nunca Mais* publicado em julho de 1985 — um livro de análise e denúncia do regime militar sistematizando os casos de tortura, desaparecimento e morte de opositores a partir de documentos oficiais produzidos pelo Estado. Classificado como reservado, o Orvil — palavra livro de trás para frente — durou três anos para ser produzido e, quando seria lançado para disputar a narrativa sobre o regime com o *Brasil Nunca Mais*, a publicação foi engavetada. O manuscrito circulou clandestinamente entre grupos de militares e civis de extrema direita. Em 2007, o silêncio foi rompido e o texto divulgado. As referências citadas neste artigo foram extraídas da versão digitalizada na internet. Em 2012, o Orvil foi publicado como livro.

³ “A sexualidade humana diz respeito aos usos do corpo e, em particular — mas não exclusivamente — dos órgãos genitais, a fim de obter prazer físico e mental [...]. De uma maneira ampla, a sexualidade pode ser definida como a construção social desses usos, a formatação e ordenação dessas atividades, que determina um conjunto de regras e normas, variáveis de acordo com as épocas e as sociedades. Essas regras proíbem uma série de atos sexuais e prescrevem outros, e determinam as pessoas com as quais tais atos podem ou não e devem ou não ser praticados” (LHOMOND, 2009, p. 231).

⁴ A elaboração destas representações não foi monopólio destas “comunidades de informação e segurança”. De acordo com Cowan (2012, 2016), civis, intelectuais, conservadores, católicos, psiquiatras — dentre outros — elaboraram interpretações a partir desta chave de leitura. Além de mostrar a diversidade de sujeitos que se mobilizaram em torno da pauta moral e sexual, este registro é importante para mostrar os eventuais diálogos e interações entre estas redes de extrema direita e os agentes repressivos que ocupavam postos no Estado. O autor analisou a “tecnocracia moral” — civis e militares que pautaram a subversão no campo moral e sexual — em torno da Escola Superior de Guerra e suas redes nacionais e transnacionais.

⁵ Esta reflexão se inspira em dois autores. Marcelino (2011, p. 25) sublinha a existência de nuances entre a “comunidade de informações” e outros segmentos que atuavam na Censura de Diversões Públicas a partir de dois processos distintos: “a adoção de novas posturas comportamentais por parte de uma parcela mais intelectualizada da juventude, que rejeitava muitos dos padrões morais e culturais tradicionais a partir da desilusão ou da busca de confrontação com a ordem política vigente; e o consumo, em grande escala, de um erotismo sem preocupações de natureza ideológica, pautado na expansão de um mercado de bens culturais dessa natureza em planos diversos (como o literário, o televisivo e o cinematográfico [...]). Esses dois processos, apesar de não se confundirem, chocavam-se com a moral defendida e apregoada pelos governos militares, mas também ressoavam de modo diferenciado no interior de suas diversas correntes”. Cowan (2016) discute a produção de militares e civis ligados à Escola Superior de Guerra sobre anticomunismo moral. A partir desta perspectiva, o autor identificou que estes sujeitos compreendiam a classe média como alicerce, equilíbrio, ponto fraco da estrutura familiar e mais apta para a promiscuidade sexual e o acolhimento da rebeldia comportamental da juventude e da subversão política. Pareciam ser oriundos do que esses especialistas consideravam membros de elite: jovens urbanos, manifestantes do movimento estudantil, guerrilheiros e adesistas da subversão sexual. Os jovens pobres não pareciam ser susceptíveis a engrossar as fileiras da subversão comportamental, estando mais propensos a furtos e assaltos — diferente dos “delinquentes” das classes média e alta.

⁶ Responsável pela redação do Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília, Faria (2015) tem reflexões instigantes sobre a dimensão da paranoia no anticomunismo obsessivo dos agentes repressivos. Outro texto inovador discute rabiscos, anotações escritas e intervenções gráficas em livros do acervo da biblioteca da UnB (FARIA, 2017).

⁷ Esta relação entre anticomunismo e antifeminismo não aparece explicitamente na maioria dos trabalhos. Ela tem sido investigada por Iracélli Alves no doutoramento na UFF com pesquisa sobre as mulheres comuno-feministas do PCB.

⁸ “Os militares” eram marcados por “uma variada gama de cores políticas que se estendia desde aqueles que eram comprometidos com as formalidades da legislação democrática (especialmente os militares oriundos da ESG) até despóticos que as desprezavam *vis-à-vis* suas utopias autoritárias (extremistas de direita que tinham posições anticomunistas);

ou desde os que se batiam por um nacionalismo ufanista baseado nas “grandezas brasileiras” e os que admitiam as insuficiências do país tendo em vista um projeto global de desenvolvimento” (FICO, 2001, p. 41).

⁹ Estes militares parecem se mobilizar pelo poder como sendo a “capacidade de ação sobre a natureza e os homens, [...] capacidade de impor [...] a vontade do Estado, seja através da lei, do prestígio, da pressão social, dos costumes ou da sujeição. O poder reúne recursos naturais, trabalho, ciência, técnica, capital, exército, polícia, sujeição, controle, censura, lei, costumes, autoridade, tudo isso justaposto para uma formar uma só capacidade de ação” em defesa “da guerra [anti] comunista, da guerra à subversão” (COMBLIN, 1978, p. 58-59).

¹⁰ Essa percepção não foi exclusiva da esquerda revolucionária brasileira. De acordo com Manzano (2005, p. 460), na Argentina “parece que no final da década de 1960 e no início dos anos 1970, organizações políticas jovens evitaram discussões abertas da sexualidade. De fato, a autopercepção de jovens como revolucionários políticos deixaram de lado qualquer identificação deles como sujeitos sexualizados”.

¹¹ Entre as referências que resumem o debate marxista sobre esses temas, vale consultar: ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.

Data de recebimento: 01/03/2019

Data de aprovação: 05/07/2019